

AS FONTES DE INFORMAÇÃO NAS MÍDIAS LEGISLATIVAS:

oficialismo e diversidade na
produção noticiosa sobre a
Câmara dos Deputados

Copyright © 2011
SBPJor / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

CRISTIANE BRUM BERNARDES

*Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento
e Aperfeiçoamento (CEFOP) da Câmara dos Deputados*

RESUMO O artigo analisa as relações entre os jornalistas e as fontes das mídias legislativas mantidas pela Câmara dos Deputados brasileira – TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara e Jornal da Câmara. Por meio de entrevistas e da observação-participante das rotinas produtivas dos quatro veículos, é possível observar o privilégio que recebem as fontes oficiais, especialmente os próprios parlamentares. O duplo papel dos deputados – fontes e *publishers* dessas mídias – é um complicador para a autonomia dos jornalistas. As disputas travadas entre as duas instâncias da produção jornalística apontam para a busca da diversidade de fontes e enfoques necessária em mídias que almejam o título de “públicas”.

Palavras-Chave: Brasil. Câmara dos Deputados. Mídias legislativas. Fontes jornalísticas. Diversidade de fontes.

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos centrais da produção noticiosa, a relação entre jornalistas e fontes já foi exaustivamente analisada por diversos autores da Teoria do Jornalismo. O foco desta reflexão, contudo, está na relação construída entre os profissionais das mídias legislativas mantidas pela Câmara dos Deputados – TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara e Jornal da Câmara – e suas fontes. Interessa ao debate que pretendemos conduzir o paradoxo da relação estabelecida por jornalistas das chamadas “mídias das fontes” (SANT’ANNA, 2008) com os atores sociais que lhes fornecem informações. Para Francisco Sant’Anna, as mídias das fontes são “novos veículos ofertados ao público por organizações profissionais, sociais e inclusive segmentos do Poder Público” (2008, p. 9); e são, ainda, mantidas e administradas por atores sociais que até então desempenhavam apenas o papel de *fontes de informações*.

Como ressaltam outros autores (QUEIROZ, 2007; SANT’ANNA,

2008; GONÇALVES, 2010), é impossível negar a característica de organização jornalística das “mídias das fontes” constituídas por entidades da sociedade civil e da administração pública no Brasil. Apesar de seu caráter híbrido, com uma produção que mistura gêneros jornalísticos e informação institucional – algo próximo do jornalismo institucional, portanto –, a produção desses veículos de mídia exibe uma forte organização jornalística, ainda que muitos apontem apenas uma intenção de comunicação institucional em seus produtos.

O fato é que muitas dessas mídias mantidas e financiadas por atores que, anteriormente, cumpriam apenas o papel de fontes de informação para os meios de comunicação convencionais, hoje são verdadeiras estruturas de veiculação de notícias. Além do óbvio papel de fornecedoras de informações em primeira mão para a mídia comercial, uma missão próxima da assessoria de imprensa, tais estruturas realizam diversas formas de comunicação direta com o cidadão, deixando de lado a intermediação da grande imprensa. E, nesse sentido, noticiam as informações mais relevantes sobre a instituição para o público comum, promovem a visibilidade de questões e atores relegados a segundo plano pela mídia comercial e contribuem para a pluralidade de enfoques e vozes no noticiário nacional. Especialmente, no noticiário político.

Para a realização do estudo, utilizamos algumas técnicas complementares de pesquisa: pesquisa bibliográfica sobre a relação entre jornalistas e fontes; observação-participante das rotinas de produção dos quatro veículos legislativos; e entrevistas em profundidade com os profissionais dessas mídias¹. Antes de ingressarmos na análise das questões que nos interessam, vejamos alguns dados sobre a atual organização da Secretaria de Comunicação (Secom) da Câmara dos Deputados, responsável pela gestão das quatro mídias legislativas.

O sistema de comunicação da Câmara é gerido pela Secom, órgão que responde diretamente à Presidência da Casa. A implantação desse sistema começou em 1961, antes mesmo da ditadura militar. Naquele ano, foi criado o Serviço de Radiodifusão da Câmara dos Deputados e o primeiro produto produzido foi o noticiário de 20 minutos para o programa oficial *A Voz do Brasil*, em 1963. Até a década de 1990, a coordenação dos trabalhos era feita pela Assessoria de Divulgação Institucional e Relações Públicas (Adirp), órgão criado pela Resolução n. 20, de 1971.

Depois de uma série de reformulações e adaptações feitas durante o processo de redemocratização, o sistema foi estruturado nos moldes atuais na década de 1990 e a Adirp foi transformada na Secretaria de Comunicação em 1998. Na própria justificativa para a mudança,

assinada pelo então presidente da Câmara, consta que a denominação antiga fora dada na década de 1970 e estava “completamente superada”. Segundo o documento, “a nova denominação adapta a área competente da Câmara dos Deputados à compreensão geral de suas funções, sobretudo no momento em que suas tarefas são ampliadas, com a criação da TV e da Rádio Câmara dos Deputados, entre outras iniciativas”².

Em 1998, foi criada a TV Câmara e, no ano seguinte, o boletim informativo foi transformado em um jornal diário, o *Jornal da Câmara*, em formato tablóide, com oito páginas. Ainda em 1999, foi criada a Rádio Câmara, emissora FM que transmite seu sinal no Distrito Federal e disponibiliza seu material informativo por meio da internet. Em 2000, o processo foi concluído com a estruturação da Agência Câmara, que transmite informação legislativa e o noticiário das atividades parlamentares via internet.

Além desses quatro veículos de comunicação, a Secom mantém uma série de ferramentas de comunicação para divulgação institucional e de informações, tais como as páginas informativas no Portal da Câmara, as visitas guiadas ou as atividades de relações públicas e de projeção da imagem da Câmara. O foco deste trabalho, entretanto, está na produção noticiosa dos veículos legislativos, não nas atividades de comunicação institucional realizadas pela Secom.

Os veículos da Câmara atuam sob a orientação da Coordenação de Jornalismo, responsável por articular o trabalho de cobertura jornalística dessas mídias. A Coordenação também é responsável por serviços como: orientações aos veículos sobre pautas e coberturas; atendimento a parlamentares e a suas respectivas assessorias, a instâncias da Casa e aos demais veículos de comunicação; acompanhamento do noticiário via TV e *sites*; checagem de informações sobre reuniões de comissões e agenda presidencial; e contatos com a assessoria de comunicação da Presidência da Câmara.

Todos esses órgãos e setores da Secom têm como atribuição fundamental a gestão da comunicação que a Câmara dos Deputados realiza com a sociedade brasileira³. Além da comunicação institucional com os públicos da organização, também são realizadas tarefas de informação pública e de jornalismo, por meio das mídias legislativas. Dessa forma, mais que a simples administração da imagem pública da instituição e da visibilidade dos parlamentares, a comunicação da Câmara tem objetivos públicos de prestar serviços de informação e comunicar conteúdos de interesse da população.

Fontes preferenciais

Um ponto importante da apuração, destacado em muitos estudos sobre as rotinas de produção dos veículos de mídia, é a relação entre jornalistas e suas fontes (ALSINA, 1989; FONTCUBERTA, 1993; SOUSA, 2000), especialmente por sua complexidade e pela quantidade de fatores envolvidos em sua caracterização. Além da disponibilidade, isto é, estar disposta a falar no momento em que o jornalista precisa de uma declaração, uma fonte precisa ter conhecimento do assunto e ser localizável. Isso significa que o jornalista precisa saber de sua existência como conhecedora do tema e ter acesso a ela. Fatores pessoais como simpatia, amabilidade, expressão oral e capacidade de síntese também são levados em conta pelo jornalista, além do simples conhecimento do assunto que uma fonte precisa ter. Assim, é comum ver os jornalistas que cobrem o Congresso caracterizarem os parlamentares em “boas” ou “más” fontes. Obviamente, o interesse de muitos parlamentares é tornar-se uma boa fonte, ainda que não saibam como fazê-lo.

Segundo Fontcuberta (1993, p. 57), a seleção das fontes informativas é um dos fatores que ajuda a diferenciar os veículos de comunicação, uma vez que o código jornalístico é compartilhado por todos os jornalistas, assim como são parecidas as rotinas produtivas de variados jornais. Nesse ponto, acreditamos que a eleição de fontes diferenciadas ajuda a determinar diferenças também nas rotinas. Obviamente, qualquer repórter precisa coletar dados e fazer entrevistas, mas as formas como essas tarefas são cumpridas dependem não só do tipo de veículo (rádio, TV, jornal impresso, Internet etc.), como também do tipo de fonte que é escolhida.

Outra questão importante, como lembra Alsina (1989, p. 113), é que também as fontes obedecem a uma organização hierárquica de acordo com sua credibilidade e com o tipo de informação que podem fornecer. Assim, um delegado de Polícia tem maior valor como fonte que um simples investigador, se a matéria exige a versão oficial da Polícia. Em determinados casos, contudo, o investigador pode ser de maior valia, por ter conhecimento de detalhes de um caso que o delegado não acompanhou pessoalmente. De acordo com a situação e com o tipo de fonte, podem estabelecer-se três tipos de relação com o jornalista: total independência, cooperação ou produção da notícia pela fonte (ALSINA, 1989, p. 117). Esse último tipo de relação é bastante comum com o sistema político, uma vez que o poder político tem a capacidade de influir na informação por meio da produção de acontecimentos artificiais dotados de significado e que interferem na realidade (ALSINA, 1989, p. 115).

Ademais, as fontes emprestam parte de sua credibilidade e autoridade para o veículo de comunicação (FONTCUBERTA, 1993, p. 58) e também auxiliam o jornalista a construir prestígio profissional ao obter informações exclusivas, que os demais repórteres não conseguiram. Dessa forma, segundo a autora, a potência informativa do veículo se manifesta de acordo com o número, a qualidade e o pluralismo de suas fontes. Assim, as fontes mais procuradas pelos jornalistas são aquelas que têm proeminência e prestígio, além de outras características como produtividade, acessibilidade, confiabilidade, autoridade e boa articulação verbal (GANS, 2004, p. 129-131). O poder formal e a autoridade dos cargos é um dos critérios mais usados pela mídia na busca de fontes e mesmo entre atores que possuem o mesmo cargo – os parlamentares, por exemplo – há uma hierarquia formal e informal, produzida pelos fatores destacados por Gans e outros, como experiência, habilidades de comunicação, reputação ou papéis formais desempenhados (TRESCH, 2009, p. 71). Charaudeau acrescenta a habilidade de polemizar como uma das características procuradas pelos jornalistas nas fontes (CHARAUDEAU, 2007, p. 145).

A relação do jornalista com suas fontes, entretanto, é um aspecto que pode trazer conflitos, embaraços éticos e problemas profissionais para os dois lados. Isso porque não é incomum que a fonte tente usar a divulgação de uma informação na imprensa para atingir objetivos próprios, diferentes do objetivo do jornalista de divulgar a verdade dos fatos importantes e interessantes para a sociedade. O jornalista pode ter, então, um conflito entre a lealdade profissional e a necessidade de sustentar o relacionamento com suas fontes (BLUMLER; GUREVITCH, 1986, p. 90). Essa relação é regulada pelo segredo, ou o direito de *off*, isto é, o dever que o jornalista tem de manter segredo sobre suas fontes, especialmente quando elas lhe fornecem informações que podem colocá-las em risco, seja pessoal ou profissional, algo muito comum para jornalistas que abordam a política. Eliane Cantanhêde resume o senso comum da profissão sobre a relação entre jornalistas e fontes do mundo político nos seguintes termos:

[...] os jornalistas devem estar próximos o suficiente das fontes para ter informação e longe também o suficiente para não haver promiscuidade. [...] Pelo simples motivo de que os interesses são muito diferentes e, em geral, conflitantes. Fontes de governos, parlamentos, tribunais – ou seja, do poder – só querem divulgar o que lhes interessa, escondendo o que não interessa. Para os jornalistas, costuma ser justamente o contrário (CANTANHÊDE, 2006, p. 185).

Na Câmara, a principal fonte de informações dos jornalistas são os próprios deputados. Além deles, representantes da sociedade civil

organizada, especialistas, técnicos dos poderes Executivo e Judiciário, autoridades dos diferentes níveis de governo e o próprio cidadão aparecem com menor frequência. No caso dos parlamentares, o problema torna-se claro porque, além de fontes, eles têm grande poder sobre a organização dos veículos, subordinados à Presidência da Casa. Dessa forma, o papel ambíguo de fontes e “supervisores” ou *publishers* das mídias legislativas complica a relação dos deputados com os jornalistas.

O *e-mail* enviado por uma gestora para a equipe da TV Câmara, em novembro de 2009, mostra as dificuldades adicionais dessa relação ambígua. Na comunicação, a gestora reclamava da falta de aviso para um deputado sobre o cancelamento de uma entrevista e alertava os profissionais para evitarem esse tipo de situação. Alguns trechos são reproduzidos abaixo:

1) Marcamos no link com o deputado; o link caiu, todo mundo sabia. Menos o deputado que não foi avisado por nós.

2) O programa de entrevistas é marcado, o parlamentar desmarca, a informação não circula. O apresentador e a equipe técnica ficam esperando, sem necessidade. Quando ligamos cobrando a presença do deputado, descobrimos que ele já havia comunicado que não viria ao programa.

O problema nos dois casos envolve má comunicação interna e com parlamentares. Mistura com alto potencial de combustão. Recentemente, tivemos nossa competência, nosso profissionalismo e nossa responsabilidade no trato com os parlamentares questionada exatamente por causa de situações como essa. E não foi nada agradável, podem acreditar.

Além da questão básica de que qualquer fonte merece respeito e merece ser avisada caso uma entrevista seja desmarcada, a orientação traduz um temor coletivo de conflitos com os parlamentares. Ou seja, além de merecerem respeito por serem fontes, eles podem prejudicar os profissionais da Câmara, e “ninguém vai querer brigar com eles”. O aviso traduz muito bem o sentimento de hierarquia da Câmara: os deputados mandam, nós obedecemos. É muito pior desconsiderar um deles do que desconsiderar uma fonte de outra origem.

Mesmo assim, os profissionais das mídias da Câmara afirmam que a relação não é tão subordinada quanto um observador externo poderia imaginar. Um dos gestores entrevistados, por exemplo, ressalta a busca por uma “distância segura” dos parlamentares.

Se isolar da política em termos de se isolar do partidarismo, de se isolar da questão do Presidente, quem é o Presidente, o que que o Presidente determina. A gente tenta inclusive, isso eu acho que até é mais uma marca minha, eu não sei como seria com outro Diretor, mas eu acho que foi uma política que a gente traçou desde o início para cá, não ter muita relação com a Presidência, até para ter essa independência, sabe? Eu não tenho relação nenhuma com a Presidência, com o Presidente, não vou lá pedir nada, se eu tenho

que fazer alguma coisa, argumentar alguma coisa, eu argumento com o meu chefe, com o Secretário, entendeu? Eu não gosto de passar essa fronteira para lá, por que eu acho que começa a ter alguma troca de favor, algum jogo de interesse, algum pedido para pôr alguma coisa, para tirar uma coisa. Eu acho ruim (entrevista à pesquisadora).

Outros profissionais sem cargos de gestão confirmam que a relação dos jornalistas da Câmara com os deputados, em boa parte dos casos, é bem mais distante do que normalmente é a relação de repórteres com fontes habituais.

Eu achava que a gente ia trabalhar aqui e ia ter muitas fontes. Uma coisa que eu acho engraçado, a gente não faz muitas fontes, não sei se é por que a gente não cobre muito a mesma coisa, ou se é uma experiência minha. Mas é o tipo de cobertura que a gente faz que não cria tanto isso (entrevista à pesquisadora).

[...] a grande imprensa precisa cativar fonte muito mais do que a gente, por que o emprego deles está sempre em questão. Emprego, *status*, poder. *Status* para eles é uma coisa muito mais importante. Nesse sentido, a gente tem como se resguardar mais disso. A gente não tem que cativar aquela fonte para ela ficar dando furo para a gente, até porque a gente não pode ir para bastidor, para fofoca, e a grande imprensa precisa disso, porque o profissional da grande imprensa é o próprio capital. Então ele tem que ter conhecimento para quê? Para o dia em que ele perder o emprego, ele ter condições de ser desejado por outros veículos por conta dos contatos, porque ele é capaz de fazer. E a gente não (entrevista à pesquisadora).

Para alguns profissionais, inclusive, esse distanciamento das fontes habituais é contrário à regra jornalística e dificulta o bom andamento do trabalho.

Outra coisa que eu questiono um pouco é que eu acho que a apuração aqui é muito ruim. Não se tem, eu não vejo nos repórteres e nem nos editores, uma tentativa de fazer fontes. Ou seja, um repórter mesmo, de verdade, numa imprensa que não é institucional, estatal, ele vive de fontes, ele tem que conversar com as pessoas. Não é fonte pra me dar furo, não é isso, mas aquelas pessoas que ele cultiva, com quem ele conversa, ele volta para aquele cara, ele liga para aquele cara. Eu não vejo os repórteres daqui terem isso, não se preocupam com isso. Um ou outro eu vejo que tem, que ligam às vezes diretamente pra alguém. Dependem muito da produção, confiam muito na produção (entrevista à pesquisadora).

Agora se instituiu que jornalista não pode ser amigo de fonte. Na realidade, hoje é uma relação de desconfiança entre os deputados e nós, jornalistas. É uma coisa que eu acho extremamente ruim para a convivência e até para a realização do trabalho. Porque parte-se do princípio de que todo deputado é bandido. Quando é uma visão muito rasteira da coisa. [...] E aí se criou essa animosidade, os deputados olham desconfiados pra gente, não querem falar as coisas. Eu até digo pra eles: "Olha, a minha TV não dá denúncia". Mas eles não acreditam. [...] Não sei se isso acontece com os outros colegas daqui. Eu tenho a impressão de que está muito difícil trabalhar aqui porque o grau de desconfiança se elevou demais. Pra você conseguir uma fonte aqui hoje é uma dificuldade. A maior

parte das fontes você não consegue entre os parlamentares, você consegue entre os funcionários. Olha que loucura! (entrevista à pesquisadora).

Os depoimentos mostram que a relação dos repórteres dos veículos da Câmara com os deputados é diferente da relação que os colegas de veículos comerciais mantêm com eles. Não há aquela intensa troca pessoal, uma certa conveniência mútua, o jogo de pressões pessoais que existe com as fontes que querem aparecer no jornal privado. Provavelmente, porque os parlamentares sabem que vão aparecer nos veículos da Câmara, mesmo que não pressionem pessoalmente os repórteres e editores. A pressão, quando ocorre, é muito mais geral, sobre o presidente, sobre o diretor da Secom ou da TV, não diretamente sobre o repórter. De certo modo, os jornalistas da Câmara estão mais livres do contato pessoal com as fontes, pois sua relação com elas é muito mais institucional. Paradoxalmente, portanto, a relação institucional com as fontes torna os profissionais das mídias legislativas mais livres de pressões pontuais, como eles próprios afirmam.

Como ressalta Cook (2005), os jornalistas dependem das fontes, mas são eles que decidem os critérios para avaliá-las e incluí-las nos relatos. O autor lembra que os jornalistas definem o que é interessante, enquanto os atores políticos decidem o que é importante e merece ser noticiado, num processo complexo de “negociação da noticiabilidade” para definir “quem controla a agenda, o que pode ser perguntado, onde e como, e qual será a resposta adequada” (COOK, 2005, p. 12).

Num ambiente como a Câmara dos Deputados, entretanto, nem sempre o jornalista tem opção de escolher o deputado que será sua fonte sobre determinado assunto porque muitas matérias dizem respeito à noticiabilidade de etapas do processo legislativo. O autor de um projeto, o relator dele em uma comissão, o autor de um requerimento para realização de uma audiência pública são exemplos de fontes obrigatórias, por conta de sua participação direta na atividade que será noticiada. São fontes óbvias, por assim dizer. Nesses casos, não há estratégia do deputado em conseguir espaço na publicação ou do jornalista em escolher a melhor fonte em termos de informação. A fonte é definida, portanto, pelo processo legislativo, não pelo critério jornalístico ou pelo interesse do parlamentar.

Em outros casos, apesar de o deputado não estar diretamente envolvido no processo legislativo em curso, ele é escolhido por sua representatividade política dentro da instituição Câmara dos Deputados. Além do presidente da Câmara, pertencem a essa categoria os líderes

partidários, os detentores de cargos na Mesa Diretiva e os presidentes das comissões, permanentes ou temporárias. Nesses casos, o critério institucional, mais uma vez, domina a produção da informação.

Oficialismo das fontes

Em relação à dominância do critério institucional para escolha das fontes, é preciso lembrar que muitos estudos destacam exatamente o “oficialismo” que domina as redações (AMARAL, 2002; COOK, 1986; HACKETT, 1993; RODRIGUES, 1993; SOUSA, 2002). Ou seja, os pesquisadores apontam a predominância de escolha das “fontes oficiais”, geralmente ligadas ao governo. É importante ressaltar que esse oficialismo, além de facilitar o trabalho jornalístico – pois o jornalista não precisa buscar novas fontes para cada assunto – e garantir o atendimento ao critério temporal da produção, serve como meio de proteção para os jornalistas. Em caso de críticas, o jornalista sempre poderá dizer que as informações vieram de uma fonte oficial, com autoridade pouco discutível, que tem obrigação com a veracidade e a precisão tanto quanto o próprio jornalista (TUCHMAN, 1993).

O uso das fontes oficiais e o consequente foco na ação oficial do governo é o primeiro viés central da cobertura política identificado por Cook (2005, p. 92). Segundo o autor, a especialização temática dos repórteres faz com que deem mais espaço para as instituições políticas, privilegiando certos ângulos nas coberturas que irão favorecer certas fontes, geralmente aquelas em “posição de conhecimento, de poder dentro das hierarquias oficiais, ou em posição de afetar o resultado final dos processos” (COOK, 2005, p. 93). Como lembra Neveu (2006, p. 154), as fontes institucionais têm um peso considerável no processo, pois são capazes de definir a hierarquia dos problemas e os enquadramentos das questões.

Obviamente, os autores que analisam a dinâmica do relacionamento entre fontes e jornalistas reconhecem que as primeiras são ativas, ou seja, não ficam esperando pelos repórteres, mas agem para conquistar a atenção deles para as questões que lhes interessam. Desse modo, Neveu ressalta o processo de profissionalização das fontes, que desenvolvem uma capacidade estratégica de antecipar rotinas e práticas jornalísticas para abastecer os veículos de informações (NEVEU, 2006, p. 95).

Em um ambiente como a Câmara, por definição, todas as fontes são oficiais, incluindo aquelas que participam de audiências públicas – membros dos demais poderes, representantes da sociedade civil, especialistas etc. O oficialismo, nesse caso, reside na predominância da escolha dos líderes para falar em nome das bancadas e nos presidentes

das comissões para falar sobre o grupo que as compõem, uma vez que outros parlamentares poderiam também ser fontes de informações sobre os debates realizados nessas instâncias.

No caso da Câmara, a escolha das fontes de forma institucional parece ser a estratégia adotada pelos profissionais para escapar das pressões políticas dos próprios deputados. Os veículos de comunicação, tanto eletrônicos quanto impressos, têm sérias restrições e limites temporais ou espaciais. Uma das tarefas básicas do jornalismo é exatamente selecionar, entre os vários acontecimentos do dia, aqueles que merecem divulgação, uma vez que é sempre impossível publicar ou veicular tudo o que aconteceu em um determinado local, em um dia. Não seria possível, portanto, fornecer espaço para qualquer um dos 513 membros da Câmara que quisesse dar suas declarações ou fazer suas considerações no telejornal noturno ou na edição impressa do jornal.

Desse modo, para não serem acusados de parcialidade política, os jornalistas resolveram estabelecer como critério a escolha das fontes por sua importância institucional. Líderes sempre são procurados para falar em nome da bancada, portanto. No caso de não serem encontrados, os vice-líderes são acionados. Nenhum deputado poderá acusar os jornalistas da Casa de parcialidade ou de preconceito, uma vez que ao líder escolhido pela bancada cabe representá-la, inclusive na mídia. O mesmo raciocínio se aplica para os presidentes das comissões. É bom esclarecer que o reforço da hierarquia da Casa pela mídia não é específico do Brasil, como aponta Cook (1986, p. 207) em relação ao Congresso norte-americano.

Cabe observar, contudo, que o parlamentar pode utilizar-se do processo legislativo para obter espaço na mídia. A disputa por indicação para composição de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), que geralmente merecem uma cobertura maior da mídia, inclusive comercial, é um dos exemplos mais comuns. Há outras estratégias, não tão visíveis, que também podem ser incluídas nesse rol, como os requerimentos para realização de audiências públicas ou seminários temáticos e a inscrição para participação nos Pequenos Expedientes – discursos proferidos no Plenário, antes do início da votação do dia, sobre temas variados, que duram três minutos. Nesses casos, o parlamentar sabe que será citado nas matérias sobre o assunto, assim como sabe que o Jornal da Câmara divulgará o Grande Expediente, discurso de 25 minutos proferido em Plenário antes do início da votação⁴.

Constrangimentos éticos

Em certo sentido, os problemas apontados por alguns sobre

a falta de proximidade das fontes podem ser atribuídos a uma visão clássica do jornalismo, conforme adotada em veículos comerciais. Nessa visão tradicional, o jornalista de prestígio é exatamente aquele que tem fontes e declarações exclusivas. Por serem emissores institucionais – sua preocupação é noticiar a atividade legislativa, falando em nome da instituição de forma pública, sem caráter competitivo ou comercial – as mídias legislativas não contam com a ferramenta da exclusividade. Assim como também não publicam informações em *off*, uma vez que toda a notícia publicada tem um caráter quase oficial.

Ao mesmo tempo, por manifestar o poder de escolha do jornalismo, o contato próximo com fontes confiáveis e poderosas pode ampliar a participação do jornalista no processo. Ou seja, ao abrirem mão de um contato mais direto com as fontes, os jornalistas da Câmara podem estar abrindo mão de parte do seu poder de seleção e hierarquização dos fatos. Como ressaltam Miguel e Biroli (2009, p. 11), “os critérios para definição de *quem* estará presente no noticiário nascem das rotinas e das perspectivas dos jornalistas” e, por isso, “a escolha das personagens que compõem o noticiário é entendida como uma prerrogativa dos jornalistas, destacada quando há tensões e impasses com outros campos (especialmente o político) [...]” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 11).

Sendo assim, é importante reconhecer que a relação mais distante dos jornalistas com as fontes pode comprometer a apuração de informações pelas mídias legislativas. Em reunião da equipe da TV Câmara realizada no dia 7 de maio de 2010, o assunto foi alvo de comentários. Uma editora afirmou que é preciso repensar a cobertura das audiências públicas e destacou que um dos problemas principais é que os jornalistas da Câmara não têm fontes. Uma repórter argumentou, contudo, que há um motivo para isso: o fato de ser um veículo primário, oficial, no qual o *off* é proibido. “Para que eu vou cultivar fontes se não poderei usar as informações passadas por elas?”, perguntou.

Nesse momento, dois gestores da emissora disseram que o *off* não é proibido e que a ideia é, exatamente, fazer mais uso dessas informações não oficiais. Mas uma coisa é o repórter aparecer dizendo que o líder informou isso ou aquilo. Outra, muito diferente, é ele comentar as informações oficiais e fazer uma análise delas com base em informações de fontes que não podem ou não querem ser identificadas. Segundo alguns, a responsabilidade do repórter irá aumentar, e ele deverá ter mais cuidado na apuração para não “dar uma barriga”⁵. A questão, porém, não é apenas a informação errada, mas a informação divulgada ou desmentida com finalidades políticas.

Uma grande preocupação dos profissionais da Câmara em relação à edição do material informativo é a semelhança com a cobertura da mídia comercial. A maioria admite que a cobertura dos veículos legislativos tem diferenças substanciais em comparação com o jornalismo feito nas outras mídias. Mas não há um acordo entre os profissionais se isso é adequado ou não. Para alguns jornalistas, as diferenças consistem na maior censura a que estão expostos na Câmara. Como diz um dos profissionais, “a gente tem muito medo de furar. Se as outras emissoras deram, eu posso dar, mas eu não posso dar antes delas. Você vai na lógica inversa à lógica do jornalismo factual”.

Porém, muitos profissionais acreditam que há mais liberdade jornalística dentro da Câmara do que em veículos de comunicação privados. Como mostram os depoimentos.

Eu acho que a gente não sofre tanta censura aqui. Eu não vejo um diretor chegar e te dar uma bronca porque você fez isso ou aquilo, ou porque você escreveu assim ou assado. Eu acho que existe muito mais por parte dos editores em uma redação privada do que aqui, entendeu? Já sofremos algumas, claro, mas nunca deixamos de dar aquilo que é verídico (entrevista à pesquisadora).

A gente acaba dando, de uma outra maneira e tal, mas como é uma Casa que tem os dois lados, então sempre vai ter uma cobrança, se você fizer uma matéria desfavorável para um dos lados, sempre vai ter um grupo que vai reclamar, entendeu? (entrevista à pesquisadora).

Por conta da diversidade mesmo, porque aqui a gente tem todas as posições. Na Casa você tem o PSOL, você tem o DEM, você tem o Bolsonaro, você tem tudo mesmo, você tem o Clodovil, você tem vários lados de uma questão (entrevista à pesquisadora).

Os jornalistas da Câmara apontam para uma diferença crucial das mídias legislativas em relação aos veículos convencionais: as pressões, geralmente, não têm um caráter econômico, isto é, não representam os interesses de anunciantes ou da empresa jornalística. Além disso, algumas vezes não são repassadas pelos superiores hierárquicos, mas sim por assessores ou pelos próprios parlamentares, cumprindo o papel de fontes ou atuando como *publishers* e exercendo o poder institucional que lhes é conferido – obviamente tal condição é exercida, preferencialmente, pelo presidente da Câmara e pelos integrantes da Mesa Diretora⁶. Como pressões políticas exercidas em uma instituição conflituosa como o Parlamento, tais influências sempre acabam repassadas pelas disputas entre os grupos políticos que existem no Parlamento. De certa forma, as pressões cruzadas dos variados atores e partidos acabam se anulando mutuamente, como ressaltam os depoimentos.

Existem pressões, inevitável. Numa casa política, não tem como fugir disso. Agora, eu que trabalhei muito tempo na mídia privada, eu não sei se aqui a gente sofre mais pressão do que fora. Às vezes, eu acho que é até o contrário. Muito jornalista acha que na mídia privada ele tem liberdade total, faz o que ele quer, e não é verdade. As pautas já são direcionadas, matérias são vetadas, algumas no nascedouro, outras já estão prontas e não são publicadas. Tem outras matérias que os repórteres fazem, às vezes até sem saber, e que são encomendadas. Porque a empresa tem os seus interesses econômicos, políticos. Aqui, como são 513 deputados, acho que isso até nos facilita a vida, porque dilui bastante a pressão. Os deputados mais fortes obviamente, muitas vezes pressionam mais, os deputados que fazem parte da Mesa, que são líderes. Mas eu acho que a gente tem uma situação muito boa (entrevista à pesquisadora).

E como a gente recebe influência cruzada de 513 parlamentares, naturalmente, eu coloco esse naturalmente entre aspas, a matéria ou o resultado vai sair imparcial. Então, eu confio muito na informação que a gente dá aqui (entrevista à pesquisadora).

Nós temos uma boa liberdade de trabalho aqui dentro da Câmara, embora muita gente não acredite nisso, mas é verdade, muitíssimo mais liberdade do que, arriscaria dizer, qualquer outro veículo legislativo do País, porque são 513 deputados, então se você pensar que esse poder é pulverizado por 513 cabeças, 513 opiniões, diversos partidos, o fato de ser pulverizado te dá uma liberdade maior de ação (entrevista à pesquisadora).

Ao comentar a autonomia do jornalismo em relação às demais esferas sociais, Neveu afirma que a lógica comercial de busca incessante pelo lucro pode diminuir a distância entre redação e fontes, o que permitiria maior “permeabilidade da redação aos discursos institucionais” (NEVEU, 2006, p. 73). Isso ocorre, segundo o autor, quando há pouco investimento no tamanho e qualidade da equipe e nos recursos necessários para a pesquisa e o jornalismo investigativo. Talvez seja disso que os jornalistas da Câmara falam: por não terem objetivos comerciais, os veículos legislativos não exibem as mesmas contingências temporais e de recursos das mídias comerciais. Ao mesmo tempo, as pressões políticas, obviamente mais fortes dentro de uma instituição política, acabam sendo anuladas pela diversidade de forças que atuam dentro de um órgão com o tamanho da Câmara. Desse modo, os jornalistas sentem mais liberdade em sua ação, em comparação com a experiência de outros veículos, sejam legislativos ou comerciais.

Considerações Finais

Um ponto que aparece nas declarações de muitos profissionais é a preocupação com a diversidade de fontes, opiniões e posições políticas que as mídias legislativas devem ter. Essa diversidade serviria, para muitos, como uma alternativa às visões hegemônicas da mídia

tradicional e ao uso privilegiado das fontes oficiais. Para alguns, isso já se revela na atual cobertura, até mesmo por conta da diversidade política dentro da própria Câmara.

Como você tem uma pluralidade muito grande em termos dos deputados, você acaba tendo que ter uma pluralidade também de opiniões, e isso é benéfico pra gente (depoimento à pesquisadora).

E eu acho que a gente comunica muito às minorias. As pessoas que trabalham aqui dão muito valor a isso, então se comunica bastante causas, tipo frascos e comprimidos? (risos). Causas de minorias. É a mulher, é o negro, é o gay, é o transexual, é o HIV positivo, é o sem-terra, é o agricultor familiar. Eu acho que isso tem muito espaço na TV (depoimento à pesquisadora).

Para outros, a diversidade é um ideal a ser conquistado e tem a ver com as condições práticas da atividade, que apontam para a liberdade e autonomia dos jornalistas em relação a fontes e superiores hierárquicos, algo que é mais difícil de ser conquistado na Câmara, por conta do caráter institucional dos veículos.

A ideia não é que haja um comando único sobre os veículos, a ideia é que haja pluralidade, a ideia é que os veículos possam ser geridos de forma diferente, com enfoques diferentes. Isso é riqueza de informação, riqueza de enfoques no nosso universo de cobertura (depoimento à pesquisadora).

O ideal seria abrir para que todas as entidades na sociedade civil pudessem opinar sobre cada um dos projetos que estão aqui ou, pelo menos, aquelas mais diretamente interessadas. Mas isso é impossível. A gente tem limitações também, limitações impostas pelo próprio modelo do veículo. E até mesmo é difícil encontrar todas essas entidades, todas que conheçam a matéria e queiram se pronunciar sobre ela (depoimento à pesquisadora).

Conforme já ressaltamos, a diversidade de fontes, opiniões e enfoques é um dos requisitos para que a mídia realmente cumpra o papel de servir como arena para o debate público, como porta-voz das demandas sociais e representante de parcelas da população que não conseguem espaço nas instituições formais de representação. Uma das sugestões para alcançar maior diversidade midiática é o conceito de “pluralismo regulado”, de John Thompson (1998). A meta é criar medidas destinadas a impedir a concentração da propriedade no mercado de comunicação e regular a mídia e seu funcionamento. Por exemplo, com a fixação do caráter de serviço público da mídia, para que as empresas deixem de tratar a informação e o entretenimento como produtos (MIGUEL, 2004, p. 139).

Sob a perspectiva de uma comunicação realmente pública, portanto, é adequado enfatizar que os veículos legislativos precisam representar as diferentes esferas públicas da sociedade, assunto já abordado por outros autores em relação à mídia em geral (ALDÉ, 2004;

KEANE, 1996; LATMANN-WELTMAN, 1996; MAIA, 2006; MIGUEL, 2003). De tal forma que o jornalismo público legislativo valorize também o princípio da “informação como direito social”, e não apenas a necessidade política de comunicação estatal (MACHADO; MOREIRA, 2005).

Entre os jornalistas entrevistados para esta pesquisa, muitos acreditam que a maior autonomia das equipes e uma separação mais rígida entre comunicação institucional e jornalismo poderiam melhorar a qualidade da comunicação produzida pela Câmara, tanto em relação à informação quanto ao contato com os diferentes públicos da instituição. Outros defendem que a comunicação da Câmara assuma sua vertente e suas funções políticas, trabalhando a favor da conexão eleitoral e enfatizando seus aspectos institucionais na produção de informação.

Apesar das discordâncias dentro da própria equipe, parece essencial destacar um aspecto da discussão sobre comunicação pública que transparece nos depoimentos: a questão da diversidade, não apenas de assuntos e fontes, mas também de pontos de vista e de enfoques para os debates. Diversidade de vozes e de versões dos fatos políticos, de representações e opiniões. Para que as demandas sociais por reconhecimento possam ter visibilidade e todos os segmentos sociais possam participar, realmente, do debate político que conforma a democracia, conforme a reivindicação de Nancy Fraser.

NOTAS

- 1 A observação-participante das rotinas produtivas dos quatro veículos legislativos foi realizada pela autora entre 2007 e 2009 para sua tese de Doutorado em Ciência Política defendida em 2010. As entrevistas em profundidade, realizadas com 43 profissionais da Secom, são outra técnica usada no trabalho.
- 2 Câmara dos Deputados. Ato da Mesa n. 96, de 19/06/1998. Oficialmente, a TV Câmara e a Rádio Câmara foram criadas em outubro de 1997, mas só passaram a operar em 1998 e 1999, respectivamente.
- 3 É importante ressaltar que os deputados têm suas assessorias de comunicação e contato com o público próprias, implantadas pelos funcionários contratados pelo gabinete parlamentar. Esses funcionários, na maioria dos casos, não são servidores de carreira do Parlamento, mas profissionais contratados diretamente pelo deputado.
- 4 É interessante destacar que a ordem dos deputados que falam no GE é

definida por sorteio.

- 5 “Barriga” é o termo usado no jargão jornalístico para definir uma informação errada transmitida por um meio de comunicação.
- 6 É comum, em todos os veículos, que os editores ou diretores peçam desculpas aos repórteres e editores incumbidos de matérias institucionais, com as quais também não concordam, mas que precisam ser feitas. Nessas ocasiões, o discurso mais ouvido é: “também acho isso absurdo, mas o deputado pediu...”. Mais do que em redações de veículos comerciais, parece haver uma “solidariedade” entre superiores e subordinados dentro das redações legislativas contra a “força externa” que atua sobre a rotina: o poder político dos parlamentares.

| BIBLIOGRAFIA

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

AMARAL, Márcia Franz. Fontes jornalísticas: o Lugar de Fala do cidadão. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa em Jornalismo, **XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, Salvador/ BA, 04 e 05 set. 2002.

BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. Journalists' orientations to political institutions: the case of parliamentary broadcasting. *In*: GOLDING, Peter; MURDOCK, Graham; SCHLESINGER, Philip. **Communicating Politics**. New York: Holmes & Meier: Leicester University Press, 1986. p. 67-92.

CANTANHÊDE, Eliane. O jornalismo e a “fonte” – Muito trabalho, bastante credibilidade e uma pitada de bom senso. *In*: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo Político**. Teoria, História e Técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 181-192.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

COOK, Timothy. House members as newsmakers: the effects of televising Congress. **Legislative Studies Quarterly**, v.11, n.2, p. 203-226, maio 1986.

_____. **Governing with the news**. The news media as a political institution. 2 ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia**. Pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós, 1993.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *In*: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge/MA, London: The MIT

Press, 1992.

_____; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?** A Political-Philosophical Exchange. London: Verso, 2003.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news.** A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. 25th anniversary ed. Evanston/Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GONÇALVES, Rogério Mozart Dy Lá Fuente. **O super-homem pendura o paletó na repartição:** a gênese do jornalista legislativo. 2010. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos *media* noticiosos. *In:* TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Ltda., 1993. p. 101-130.

KEANE, John. Transformações estruturais da esfera pública. **Comunicação & Política.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos, vol. 3, número 1, p. 6-28, jan.-abr. 1996.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A “esfera pública”: do conceito à palavra-de-ordem. **Comunicação & Política.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos, vol. 3, número 1, p. 160-175, jan.-abr. 1996.

MACHADO, Márcia Benetti; MOREIRA, Fabiane. Jornalismo e informação de interesse público. *In:* **Revista Famecos.** Porto Alegre: PUC/RS, número 27, p. 117-124, ago. 2005.

MAIA, Rousiley. Política deliberativa e tipologia da esfera pública. Bauru, **XV Compós**, 2006. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Política.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, número 51, p. 123-140, fev. 2003.

_____. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. **Comunicação & Política**, vol. 22, número 3, p. 129-147, set.-dez. 2004.

_____; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. Belo Horizonte/MG, **XVIII Encontro da Compós**, jun. 2009. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Política.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

QUEIROZ, Dulce. **Jornalismo institucional nas TVs legislativas.** Os casos do Brasil e do México. 2007. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In:* TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Ltda., 1993. p. 27-33.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes.** O difusor do jornalismo

corporativo. Brasília: Casa das Musas, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. **A objectividade**: da filosofia ao jornalismo, passando pelas ciências. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2000. Conferência.

_____. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Florianópolis: Argos, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRESCH, Anke. Politicians in the Media: Determinants of Legislators' Presence and Prominence in Swiss Newspapers. **The international Journal of Press/Politics**. London: Sage, volume 14, p. 67-90, jan. 2009.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Ltda., 1993. p. 74-90.

Cristiane Brum Bernardes é doutora em Ciência Política pelo IESP/ UERJ (2010). Mestra em Comunicação e Informação pela UFRGS (2004). Jornalista profissional, analista legislativa da Câmara dos Deputados, atua na TV Câmara. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP) da Câmara dos Deputados. E-mail: ccris.brum@gmail.com ou cristiane.bernardes@camara.gov.br